



Resumo das atividades parlamentares em 2015

TASSO 

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Senado Federal, Anexo I, 14º andar

Zona Cívico Administrativa

70165-900 - Brasília, DF

tasso.jereissati@senador.leg.br

(61) 3303-4502 / 3303-4503

Compromisso com os cearenses

Honrado com a confiança dos cearenses, voltei ao Senado Federal com o firme compromisso de trabalhar pelos interesses do Ceará e de sua gente, assumido durante a campanha eleitoral.

Neste primeiro ano de mandato, busquei pautar minha atuação pelo equilíbrio e responsabilidade, mas sem transigir em nenhum momento com a corrupção e os seguidos erros na gestão do dinheiro do povo, que levou o País a uma das maiores crises de sua História, seja na economia, seja na política.


Do ponto de vista legislativo, concentrei esforços em setores como segurança pública, saúde e educação, tanto na apresentação de propostas, quanto na destinação de emendas orçamentárias. A preocupação com a dramática situação da seca, a luta pelo centro de conexão de vôos (hub) da LATAM para Fortaleza e o cancelamento da refinaria para o Ceará também pautaram nossa atuação em 2015. Com o substitutivo que apresentei à Lei de Responsabilidade das Estatais, busquei dotar a gestão daquelas empresas de maior profissionalismo e transparência, para evitar os desvios que escandalizaram o País, como nos casos da Petrobras, Nuclebras e Eletrobras.

Esta publicação - que iremos editar ao longo de todo o mandato - servirá tanto como uma prestação de contas aos cearenses, quanto como um instrumento de permanente integração entre nosso gabinete, amigos e colaboradores. Para tanto, disponibilizamos o site www.senadortasso.com.br para receber suas opiniões e ideias, esperando contar com sua valiosa participação.

Um grande abraço,



www.senadortasso.com.br



Preocupação com a crise econômica

A crise econômica provocada pelo Governo foi uma das maiores preocupações do senador Tasso, em 2015. Em diversos momentos, advertiu sobre a gravidade do quadro, cobrando do Governo Federal medidas concretas de combate à inflação e ao desemprego. Desde o início, Tasso apontou o descontrole dos gastos públicos, o mascaramento dos números das contas do governo, a corrupção e a falta de liderança da Presidente Dilma para enfrentar os problemas, que se agravaram com a crise política.

Logo no início do ano, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o então Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, cobrou “transparência e verdade” do Governo Dilma, em relação à situação da economia. Ao relacionar as medidas implementadas naquele momento, lamentou que o Governo “insista em querer disfarçar a realidade e desmentir os fatos”, reafirmando, inclusive, sua preocupação com os efeitos daquela postura.

Ainda nos primeiros meses do novo Governo, criticou as medidas desconectadas com a realidade, propostas pela Presidente, focadas muito mais no aumento de impostos, corte de investimentos e de gastos sociais, como seguro desemprego, abono salarial e seguro defeso para os pescadores, do que nas reais causas dos problemas da economia. Insistiu que os gastos do governo com a manutenção de ministérios em excesso e cargos comissionados para abrigar apadrinhados traria muito mais benefícios do que atingir direitos dos trabalhadores.

Denunciou a corrupção que atingiu a Petrobras, destruindo um dos maiores patrimônios dos brasileiros, com desvios atingindo bilhões de dólares, com consequências até hoje imprevisíveis. Tasso protestou pelo fato de que exatamente os mais pobres iriam pagar pela incompetência e corrupção do governo do PT: "A Presidente quer agora impor sacrifícios à população brasileira para cobrir um rombo que ela, a Presidente, ajudou a construir".

Dias depois, na mesma Comissão, durante audiência com o então ministro da Fazenda Joaquim Levy, o Senador manifestou suas principais preocupações diante da situação: confiança e estabilidade. E cobrou exemplo do Governo. “O que a gente não vê é corte na carne” disse, apresentando três sugestões: cortes de ministérios para número de 20, corte pela metade dos cargos comissionados e corte de embaixadas e consulados inúteis que, segundo ele: "gastam uma fortuna e não rendem absolutamente nada para a política estratégica ou comercial brasileira".

Falta de rumo e de liderança

Ainda no primeiro semestre, Tasso Jereissati lamentou a “falta de rumo” do País, apontando para o que considerava completa falta de governo e perda de credibilidade da Presidente Dilma Rousseff, o que havia gerado a “maior crise política, econômica, social e moral” presenciada por ele em todos os seus anos de vida pública.

- É triste constatar que a Presidente da República, a quem caberia liderar a nação em um projeto maior, seja de recuperação da economia, seja do resgate de valores morais e da ética na política brasileira, tem se mostrado absolutamente incapaz de fazê-lo, disse.

Diante da situação, defendeu um amplo debate no Congresso em torno da busca de solução, que pudesse mostrar ao País os novos rumos a serem seguidos. “Precisamos reunir políticos com experiência e credibilidade para que possamos sentar, começar a discutir uma saída que aponte para o País um novo rumo; e dar ao Brasil a sensação de que há alguém cuidando deste País”, disse.

Renúncia ao dever de governar

Ao perceber a inércia do Governo Federal em relação à crise e os efeitos diretos na vida dos brasileiros, o Senador criticou a falta de liderança da presidente Dilma Rousseff diante do agravamento da situação econômica, com a volta da inflação e o aumento do desemprego em todas as regiões do País. “A presidente renunciou ao seu dever de governar”, disse ele durante pronunciamento na tribuna do Senado.

No discurso, ao apontar que “governar, muito mais que um direito, é um dever”, cobrou da presidente atitudes mais firmes, resgatando que naquele instante, mês de setembro, o quadro havia piorado de forma acelerada, “desde o início do ano”.

Para comprovar essa análise, apresentou dois fatos, considerados exemplos de “desgoverno”: Primeiro, o enfraquecimento do então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, antevendo a sua demissão por estar sendo “gradativamente desmoralizado pelo próprio Governo”, e o segundo, a fragilidade da proposta orçamentária enviada ao Congresso. “O País não suporta mais esta insegurança, incompetência, essa falta de capacidade de qualquer tipo de aglutinação, de instaurar a credibilidade e confiança na sociedade brasileira”.

Sugestão de rumos para superar a crise

Diante da falta de liderança da presidente Dilma Rousseff, em pronunciamento, ainda em setembro, Tasso apresentou sugestões para que o “Governo possa dar essa volta que o Brasil espera e exige”. E o primeiro ponto enfatizado foi “a absoluta intransigência com a corrupção”. Em seguida, apontou que era preciso “humildade para reconhecer erros, criatividade para encontrar novas soluções, transparência e franqueza na relação com a sociedade”.

Ele ainda destacou que era necessário que o Governo adotasse a “identidade de discurso e coerência com a prática”, com o PT assumindo a postura de maior partido de sustentação da Presidente Dilma - isso pela ausência de sintonia das ações do Executivo com a atuação de suas bancadas no Congresso. E, acima de tudo, “coragem para enfrentar os interesses de grupos que se cristalizaram no poder e servem apenas para defender seus próprios privilégios”.

Pedaladas fiscais

Considerado um dos mais debatidos temas da economia nacional, em 2015, as “Pedaladas Fiscais” fizeram parte da agenda da Comissão de Assuntos Econômicos, por sugestão do Senador Tasso. Logo no mês de abril, ele solicitou audiência pública para discutir as manobras fiscais cometidas pelo Governo da Presidente Dilma nos anos de 2013 e 2014, e suas consequências para o País.

Exatamente porque não soube controlar os gastos, o governo teve que tomar dinheiro emprestado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica para pagar suas despesas, sem autorização do Congresso, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. "É como se o síndico do seu condomínio tomasse dinheiro emprestado em um banco que ele fosse presidente, mascarando o balanço do condomínio e endividando ainda mais os moradores, sem que eles soubessem".

Diagnóstico da crise

Durante pronunciamento, o Senador apresentou um diagnóstico para as causas da crise, apontando os erros e desvios cometidos pelos governos do PT, ao longo de 13 anos, afirmando que "para encontrar um rumo, primeiro é necessário saber onde estamos e, principalmente, porque chegamos aqui".

Na tribuna, enfatizou que “o Governo do PT insistiu em uma política econômica baseada na expansão do crédito quando os indicadores já apontavam para o seu esgotamento, e decidiu tomar dinheiro no mercado a 14% para conceder empréstimos através do BNDES e bancos públicos a taxas muito menores, gerando enorme prejuízo e sobrecarregando o tesouro”.

Em seguida, enfatizou que, com a decisão de “tentar baixar os juros na marra, gerando o aumento da inflação para em seguida tentar contê-la segurando os preços controlados como combustíveis e energia”, o Governo do PT “promoveu a maior desoneração da história de subsídios a determinados setores, gerando um rombo fiscal gigantesco”.



Precisamos reunir políticos com experiência e credibilidade para que possamos sentar, começar a discutir uma saída que aponte para o País um novo rumo; e dar ao Brasil a sensação de que há alguém cuidando deste País.

Tasso Jereissati



Comissão discute diplomacia e a política externa brasileira

O senador Tasso Jereissati criticou a atual diplomacia do Brasil, hoje sem influência no mundo. Para ele, a atuação pífia está ligada à falta de rumo do Governo, ao desdém pela política externa por parte da Presidente e, também, à forma ideológica como o Governo gerencia o setor.

Durante os debates na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o Senador lembrou as declarações do então presidente Lula, quando, em um momento de crise internacional em 2008, sugeriu que o Brasil deveria ensinar a fórmula de crescimento. Naquela época, o país ainda não sofria os impactos da má administração da economia, enquanto nações desenvolvidas, como os Estados Unidos e Alemanha, passavam por uma grave crise econômica. Situação diferente nos dias atuais, em que houve uma enorme diminuição da participação brasileira nas negociações internacionais de produtos manufaturados com o resto do mundo, e o país enfrenta uma enorme crise na sua economia. Atribuiu o isolamento do Brasil no comércio internacional a uma visão equivocada do Governo, que acha que fechar o país para o mundo é um bom negócio.

Acordos Internacionais

O Senador também provocou a discussão dos impactos econômicos da recém lançada “Parceria Trans-Pacífica”, acordo multilateral assinado entre México, Chile, Peru, Malásia, Estados Unidos da América, Canadá, Cingapura, Brunei, Nova Zelândia, Austrália e Vietnã, países que representam 40% do PIB global e reúnem 11% da população mundial. Além da derrubada de barreiras tarifárias entre as nações signatárias, o tratado prevê regras uniformes de propriedade intelectual e ações conjuntas nas mais diversas áreas.

"Esse debate é fundamental para o Brasil, pois se estima que o acordo pode afetar US\$ 31 bilhões em vendas industriais, o que tiraria o emprego de muitos brasileiros", disse. Ele defende que o Senado reúna informações acerca dos reflexos da parceria para o país, bem como consulte especialistas sobre os termos do acordo.

Senador defende redução de gastos

Devido à crise econômica e ao aumento do dólar, o orçamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi reduzido, praticamente, pela metade em 2015. Solidário com as consequências do ajuste fiscal para a área internacional do Governo, o Senador recomendou ao Ministério, por inúmeras oportunidades, cortes nos seus gastos administrativos, com a redução do número de embaixadas brasileiras que não forem essenciais para o país.

Durante o governo Lula, 44 novas embaixadas e 22 novos consulados foram criados. Alguns sem a menor justificativa econômica ou política. Por exemplo, o Brasil tem embaixadas em oito ilhas do Caribe: São Vicente e Granadina, Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Santa Lúcia, São Cristovam e Névis e Granada. A despesa anual para manter essas oito embaixadas é de US\$ 7 milhões.



Senado debate Lei de Responsabilidade das Estatais

O senador Tasso Jereissati apresentou, em dezembro de 2015, substitutivo ao Projeto de Lei do Senado que trata da Lei de Responsabilidade das Estatais. A matéria define as regras aplicáveis às sociedades de economia mista e empresas públicas, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, buscando dar transparência e rigor na sua administração. Resultado de um grande esforço que foi feito durante todo o ano por Deputados e Senadores, Tasso afirma que seu objetivo foi "evitar que se repitam os inúmeros escândalos e descaminhos que aconteceram nas empresas estatais nos últimos anos, como nos casos da Petrobras, Nuclebras e Eletrobras".

“**Caso tivéssemos estas regras, não teríamos gestores desonestos e irresponsáveis, na maioria das vezes indicados por critérios políticos, que causaram tantos prejuízos ao povo brasileiro, o verdadeiro dono destas empresas.**”

O projeto disciplina o regime societário da empresa pública e da sociedade de economia mista e a sua função social, regula as licitações, os contratos, e a fiscalização pelo Estado e a sociedade. No debate, além de deputados, senadores e técnicos do Senado, participaram representantes dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com o objetivo de definir modelo de governança moderno, o texto propôs a proibição que políticos, ministros e secretários possam fazer parte da administração da empresa, e também estabeleceu exigência da elaboração de planejamento estratégico de longo prazo para as estatais. “Ao aprovar este substitutivo, o Senado contribui para a construção de um marco legal contemporâneo, baseado nas melhores práticas internacionais de governança de estatais”, disse Tasso.

Sobre a transparência, o novo modelo de responsabilidade das estatais mantém o acesso em tempo real a dados e informações relevantes aos órgãos de controle, e define que os Poderes Legislativos poderão convocar seus respectivos dirigentes.

Sancionada a Lei que moderniza fundações privadas

Em julho de 2015, projeto do senador Tasso Jereissati, que moderniza e agiliza o funcionamento de fundações privadas, foi sancionado pela Presidência da República. A proposta, apresentada ainda no seu primeiro mandato, ampliou o rol de atividades a que se destinam as fundações, antes limitadas a fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. Passaram a atuar, também, em áreas como saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, proteção do meio ambiente, pesquisa científica e desenvolvimento de novas tecnologias, direitos humanos e promoção da ética, cidadania e democracia.

Constituídas pela vontade de um doador, que destina um patrimônio voltado para a execução de um daqueles fins, as fundações são regidas pelo Código Civil e por leis específicas, e são obrigatoriamente fiscalizadas pelo Ministério Público, conferindo-lhes transparência e controle pela sociedade. A sanção do texto abriu precedente benéfico ao país, pois tornou possível a celebração de convênios e contratos de parceria com o poder público, ampliando a possibilidade de atendimento aos cidadãos de todas as regiões do Brasil.

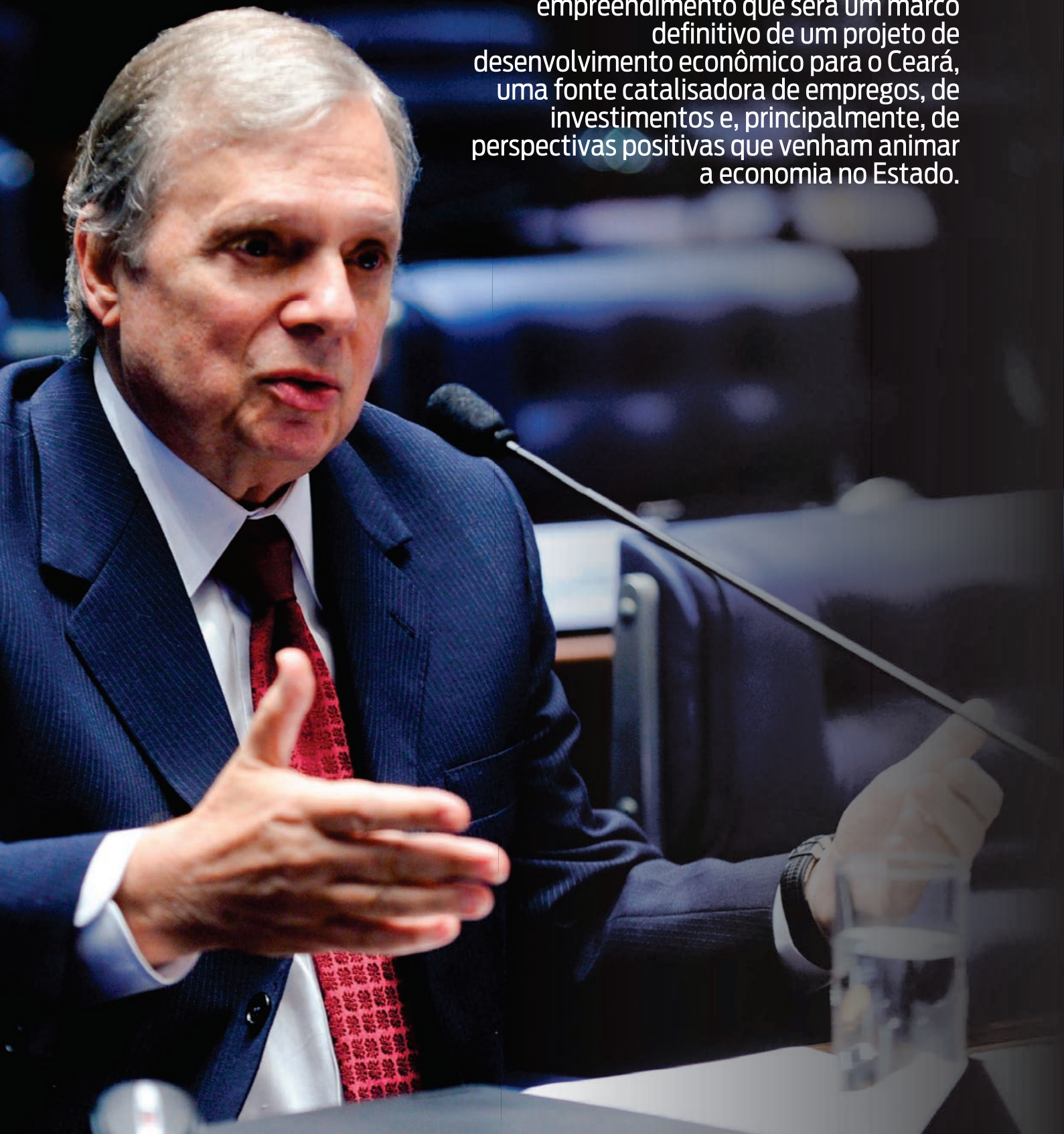
A Lei também conferiu agilidade às eventuais alterações estatutárias, fixando prazo para que o Ministério Público se manifeste, e permite que os administradores destas Fundações possam ser remunerados a valor de mercado, facilitando a contratação de profissionais qualificados, especialistas em gestão, visando o melhor desempenho, sempre sob a chancela do Ministério Público, evitando abusos e distorções.

Ao propor o projeto, Tasso Jereissati se baseou em exemplos de sucesso no exterior, em que grandes universidades, museus, bibliotecas e, até mesmo, hospitais são fundações ou são custeados por elas.

“ O intuito foi permitir a ampliação das atividades das fundações, dotando-as de agilidade e profissionalismo, estimulando a criação e desenvolvimento do terceiro setor de forma mais organizada e dinâmica. Com a sanção da Lei, ganhou o Brasil e o povo brasileiro. ”



Saiba mais sobre a Lei em www.senadortasso.com.br



“ O hub da LATAM em Fortaleza consolidará, ainda mais, o Estado como pólo turístico nacional e internacional. Essa luta agora é de todos nós, unidos em torno de um empreendimento que será um marco definitivo de um projeto de desenvolvimento econômico para o Ceará, uma fonte catalisadora de empregos, de investimentos e, principalmente, de perspectivas positivas que venham animar a economia no Estado.



HUB da LATAM irá criar novo pólo de desenvolvimento

O senador Tasso Jereissati participou durante 2015 da mobilização pela instalação, em Fortaleza, do primeiro centro de conexões de vôos (hub) doméstico e internacional da LATAM do Nordeste. Convidado juntamente com ex-governadores, empresários e parlamentares, ele acompanhou, no mês de junho, o encontro “Todos Unidos Pelo hub no Ceará”, no Palácio da Abolição, coordenado pelo governador Camilo Santana.

O evento ressaltou a união de diferentes forças políticas cearenses em prol da instalação do empreendimento o que o Senador considerou um importante catalisador de emprego e investimento. Para ele, “não existe diferença político-partidária, existe um Ceará acima de tudo”. Na sua avaliação, o hub facilitará um novo pólo de desenvolvimento que pode inverter a lógica de recessão e pessimismo que impera no Estado.

- Sem dúvida, é um ponto catalisador de emprego e de investimento. Se nós conseguirmos, e nós vamos conseguir, trazer para o Ceará este hub, com certeza vamos ter um pólo de desenvolvimento nascendo aqui, que vai inverter essa lógica de recessão, de pessimismo, que hoje está no Brasil inteiro e no Ceará, inclusive, disse ele.

Após este encontro, o Senador participou de reuniões com representantes do Governo Federal e, em São Paulo, na sede da TAM, de um encontro com a presidente da empresa, Cláudia Sender. Na ocasião, foram apresentadas a situação do Ceará e suas potencialidades, do ponto de vista de competitividade, na disputa com Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Em novembro, a direção da LATAM decidiu adiar para o primeiro semestre de 2016 o anúncio oficial sobre qual capital – Fortaleza, Natal ou Recife, será escolhida.

Memória

Em fevereiro de 1998, foi inaugurado na segunda gestão de Tasso Jereissati no Governo do Ceará, o novo e moderno aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza. O Projeto, realizado em parceria com a Infraero e o Governo Federal, tornou o terminal internacional e ampliou o fluxo turístico no Ceará, contribuindo fortemente para a melhoria dos indicadores econômicos do Estado.



Senador protesta contra cancelamento da Refinaria e cobra informações do Governo

“Esse é mais um escandaloso exemplo da irresponsabilidade e da incompetência de um governo sem palavra. Os cearenses perderam muito mais. Nosso maior prejuízo foi o fim de um sonho, algo que vale muito mais que dinheiro. Não há preço que pague o fim da esperança de receber um investimento que mudaria a realidade econômica do Ceará para sempre.

Durante o seu primeiro mandato no Senado, Tasso Jereissati cobrou do Governo Federal o cumprimento da promessa de instalação da Refinaria no Complexo Portuário do Pecém. Ao retornar ao Parlamento, em 2015, ele manteve sua postura de cobrança com duras críticas à falta de transparência da Petrobras e do Governo Federal, em relação à definição do Projeto.

Durante audiência pública no Senado com a presença do novo presidente da empresa, Aldemir Bendine, ele cobrou definição, obtendo a resposta de que nos próximos cinco anos a Petrobras não teria capacidade de realizar o projeto no Ceará.

A partir desta afirmação, o Senador passou a solicitar da Petrobras e do Ministério de Minas e Energia informações oficiais sobre o encerramento do projeto da refinaria Premium II, no Ceará. Na oportunidade, reafirmou sua indignação diante do fato: “É absolutamente inconcebível que após todos esses anos, depois de tantas promessas e investimentos, em finanças e em sonhos, o Governo Federal lance por terra um projeto de tal envergadura, sem se dignar a explicar as razões e justificativas da decisão”.

Sua insatisfação com o comportamento do Governo Federal aumentou após a divulgação pelo Tribunal de Contas de um relatório apontando que a União perdeu mais de R\$ 3,8 bilhões com a desistência da Petrobras de construir as refinarias Premium do Ceará e do Maranhão. Valor esse gasto apenas pela empresa, sem considerar os recursos do Governo do Ceará investidos em infraestrutura, com estradas, energia e desapropriação do terreno – que levou inclusive à remoção de dezenas de famílias do local.



Edições de 29/01/2015



Projeto de Tasso aumenta valor do Bolsa Família

O senador Tasso é autor de um projeto de Lei que aumenta o valor do benefício do Bolsa Família na medida em que as crianças inscritas obtenham um bom rendimento escolar. A idéia é que não basta que as crianças compareçam à escola, também é importante premiar e estimular o seu bom desempenho. Assim, as crianças se sentiriam estimuladas a estudar mais e os pais se envolveriam ainda mais no acompanhamento do rendimento de seus filhos.

"É importante ressaltar que não haverá nenhuma diminuição dos valores já pagos, mas as crianças com melhor desempenho, receberiam um prêmio pelo seu esforço", adverte o Senador. A matéria foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

"Na realidade, não queremos condicionar o recebimento do benefício ao rendimento das crianças, mas apenas premiando aqueles que se dedicarem mais aos estudos. As condições do programa - baixa renda e presença das crianças na escola - permanecem as mesmas. Apenas haveria um acréscimo ao valor pago se as crianças obtiverem um melhor rendimento, cuja avaliação dependeria de uma regulamentação pelas autoridades educacionais envolvidas", disse.

Benefício para Santas Casas

A crise na saúde pública é apontada pela população como um dos maiores problemas do país, seja pela falta de recursos ou pela precariedade na gestão. E nesse contexto, o sistema de Santas Casas de Misericórdia enfrenta enormes dificuldades, que prejudicam o atendimento a milhares de pessoas. Preocupado com esse problema, o senador Tasso Jereissati propôs com sucesso mudar a lei do Prosus, Programa de fortalecimento das entidades privadas filantrópicas e das entidades sem fins lucrativos que atuam na área de saúde, beneficiando diretamente as Santas Casas. O governo aceitou incluir novas dívidas com impostos e contribuições sociais das Santas Casas em programa que desconta da dívida aquilo que for pago por elas.

O senador também propôs que dinheiro do SUS não poderia ser retido caso as Santas Casas não tivessem quitado todos débitos. Isso criaria condições para que essas entidades tenham as fontes de receitas necessárias à adesão ao programa e a quitação de suas obrigações. Para ele, o trabalho realizado por estas instituições é da maior importância para a população brasileira, em especial, do Ceará, que necessita de um atendimento público de saúde de qualidade.

Mas a presidente Dilma Rousseff vetou essa proposta de Tasso, prejudicando fortemente as Santas Casas de todo o País, que continuarão enfrentando enormes problemas. Para Tasso, o veto foi mais uma prova do "Desgoverno Dilma". Quem sofre com essa medida é a população brasileira que necessita de um atendimento público. A qualidade da saúde pública no Brasil já é uma tragédia e agora a presidente veta um benefício às essas instituições como as Santas Casas, responsáveis pelo atendimento dos mais necessitados."



Proposta define reestruturação da segurança pública

O senador Tasso Jereissati apresentou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece a reestruturação dos órgãos de segurança pública do país. Dentre os temas abordados, concede autonomia aos Estados para reorganizar sua estrutura policial, com a possibilidade de unificação, desde que observadas condições como o ciclo completo da atividade policial (funções judiciária-investigativa e ostensiva-preventiva) e a formação única dos policiais.

Também unifica as polícias federal, federal rodoviária e federal ferroviária em uma única instituição, a fim de evitar a pulverização de comandos e estruturas, e permite aos Estados organizarem livremente a estrutura de seu Corpo de Bombeiros, que deverá ficar vinculado à Defesa Civil.

A emenda prevê a possibilidade de Estados e o Distrito Federal formarem conselhos regionais para definir formas de integração entre suas polícias estaduais, com o objetivo de otimizar o combate ao crime organizado, como o tráfico de drogas e armas. Abre-se ainda a possibilidade de as guardas municipais atuarem em conjunto com a polícia estadual, realizando, complementarmente, ações de polícia ostensiva e preventiva da ordem pública, assim como de defesa civil. Também prevê a criação de um fundo de segurança pública, com percentagens estipuladas constitucionalmente, com o intuito de garantir o investimento na área.

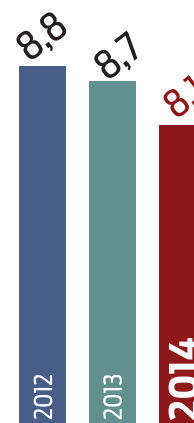
O Senador ressalta que, ao tempo que a proposta aperfeiçoa os meios para que os Estados cumpram seu dever constitucional de garantir segurança à população, preserva os direitos de todos os servidores policiais envolvidos no processo, além de abrir espaço para que os entes federados estabeleçam suas próprias normas de aposentadoria e pensões de seus quadros, evitando injustiças e atendendo aos anseios de cada categoria. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para análise.

A sociedade brasileira não vem testemunhando qualquer empenho efetivo do Poder Executivo para reverter a crise de segurança pública que assola o Brasil.

Trecho da justificativa do senador Tasso Jereissati em sua Proposta de Emenda à Constituição

Evolução das Despesas realizadas pela União com Segurança Pública:

Fonte: 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública



(em R\$ bilhões)

Tasso propõe R\$ 120 milhões em emendas para o combate à seca

Preocupado com a situação crítica da seca no Ceará, o senador Tasso Jereissati propôs, junto à Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, R\$ 120 milhões em emendas ao orçamento para o combate a crise que assola o semiárido do país.

Para ele, “o Brasil está vivendo o que pode ser a maior crise de abastecimento de água de sua história, com um problema grave de seca e de gestão dos recursos naturais”. Ele defendeu maior direcionamento de verbas para projetos que iriam garantir acesso à água para consumo humano, atendendo, principalmente, as famílias do Nordeste.

Durante visita ao município de Iguatu, em outubro de 2015, ele defendeu mobilização da classe política cearense em torno dos problemas enfrentados pela população devido a seca, ao questionar a inoperância do Governo Federal diante da situação.

Dias depois, em pronunciamento no Plenário do Senado, ele cobrou providências urgentes em relação à situação da seca no Nordeste, em especial no Ceará. Para Tasso, conforme as previsões dos órgãos meteorológicos, “havia uma catástrofe anunciada no Nordeste de falta de água”. Na ocasião, cobrou a definição de diretrizes para o enfrentamento da seca com a apresentação de propostas urgentes, que possam minimizar os impactos.

“O sofrimento dessas pessoas com a falta de água precisa ser resolvido. Por isso, é fundamental uma atitude urgente do Governo do Estado e do Governo Federal, com ações concretas em benefício de toda região.

No plenário do Senado, em fevereiro, senador Tasso cobrou ações dos governos Federal e Estadual em relação à seca no Nordeste.

Em dezembro de 2002, foi inaugurado o Açude Castanhão. Construído nos governos Tasso Jereissati, sua capacidade é de 6,7 milhões de metros cúbicos e tem sido fundamental para a garantia do abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza. Durante sua construção foi necessário remover a antiga sede do município de Jaguaribara, que ficou sob as águas. Em substituição à cidade submersa, foi construída a Nova Jaguaribara – uma cidade 100% planejada.

“**Tenho um sentimento de gratidão com o povo cearense por essa oportunidade, e a certeza de que, neste momento em que o país enfrenta enormes e graves problemas, a responsabilidade de estar no Senado é bem maior.**

Ao assumir seu segundo mandato, em fevereiro, Tasso Jereissati reafirmou sua gratidão e compromisso com os cearenses.



No 6º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste, em 06/03/2015.

“**Reforma tem que ser feita em benefício dos brasileiros, não do governo ou de seus aliados.**



Entrega do diploma José Ermírio de Moraes ao empresário Beto Sicupira, como reconhecimento à sua contribuição em prol do progresso do país, em 26/05/15.

O Senador Tasso Jereissati participou, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, de solenidade em comemoração aos 95 anos de fundação do Centro Industrial do Ceará (CIC), em 11/06/2015



“**A ACI fez história na comunicação social e imprensa do Ceará, e se esforça, desde sua criação, em mediar diálogos de classe, contribuindo para o entendimento entre veículos e profissionais.**

Tasso Jereissati, na comemoração de 90 anos de criação da Associação Cearense de Imprensa (ACI), em 13/07/2015



Senador Tasso Jereissati debateu a crise hídrica no Ceará, na cidade de Iguatu, em 27/10/15



Com o Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, na Comissão de Assuntos Econômicos, em 15/12/2015



Tasso apresenta emenda à Reforma Política

No primeiro semestre de 2015, o Senado Federal analisou diversas propostas relacionadas à reforma política. Na condição de membro titular da comissão especial criada para analisar os temas da Reforma Política, o senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) foi autor de emenda que estabelecia limites para as doações de empresas a partidos políticos. A sua proposta estabelecia um teto de R\$ 10 milhões para as empresas.

- Existem fatos de uma empresa que elegeu 60 ou 70 deputados e tem boa parte deles sob a sua influência. Isso não pode continuar. Se nós não colocarmos um limite vamos ter situações em que empresas são intocáveis nos seus interesses em função do volume de recursos que colocou na campanha - afirmou ele ao defender sua emenda.

O objetivo era impedir a interferência econômica no processo eleitoral e igualar todos os doadores, protegendo os candidatos de possíveis cobranças por conta de grandes doações.

No mês de agosto, a Comissão aprovou a matéria, limitando os valores das doações das empresas à campanha, com base na emenda do Senador.

Na votação do Plenário, por 36 votos favoráveis e 31 contrários, os senadores alteraram o texto aprovado na Comissão e aprovaram a proibição das doações de empresas para partidos políticos e candidatos a cargos eletivos.

Na sanção da Lei de Reforma Eleitoral, no final de setembro, ficou mantida a proibição de doações empresárias, de acordo com o texto aprovado pelos senadores.

Além de definir o novo modelo de financiamento de campanha, que será adotado já nas próximas eleições municipais, a Reforma reduziu o tempo de campanha de 90 para 45 dias, e todas as convenções partidárias devem ser realizadas no período de 20 de julho a 5 de agosto.

O período da propaganda eleitoral nas emissoras de rádio e televisão também foi modificado, com a diminuição de 45 para 35 dias, com a proibição do uso de efeitos especiais, montagens, trucagens, computação gráfica, edições e desenhos animados.

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Senado Federal, Anexo I, 14º andar

Zona Cívico Administrativa

70165-900 - Brasília, DF

tasso.jereissati@senador.leg.br

(61) 3303-4502 / 3303-4503

**Gabinete do Senador
TASSO JEREISSATI**

Senado Federal - Anexo I, 14º andar
Zona Cívico-Administrativa
70165-900 - Brasília, DF

Fones: (61) 3303-4502 / 4503
tasso.jereissati@senador.leg.br
www.senadortasso.com.br